

	<p><b>SUBSEÇÃO DIEESE- CONDSEF/FENADSEF</b></p> <p>Setor Bancário Sul – Quadra 1 – Bloco K – Salas 308/314. Edifício Seguradoras. Asa Sul – Brasília/DF CEP: 70.093-900 E-mail: sucondsef@dieese.org.br Telefone / Fax (0xx61) 3031-4211</p>	
---	--	---

## **Relatório 12<sup>1</sup>:**

# **Relatório de acompanhamento da PEC 32**

**10 de maio de 2021**

---

<sup>1</sup> Este relatório foi elaborado pela Subseção do DIEESE na CONDSEF/FENADSEF (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) para subsidiar as discussões da Direção Executiva e suas entidades filiadas em relação aos trâmites da PEC 32.

## 1 – Modificações em relação ao relatório anterior (relatório 10)

O relatório de hoje traz as seguintes informações adicionais em relação ao relatório anterior:

- No “item 2 – Informações sobre a PEC 32” – Já que foram relatadas 5 (cinco) novas informações, dentre elas, relativa ao fato de que a CCJ fará novo debate com servidores sobre reforma administrativa, hoje (dia 10), a partir das 9:00 horas.
- No “item 3 – Situação atual que se encontra”, constam na parte relativa aos discursos em plenário, discursos realizados por parlamentares no dia 29/4.
- No “item 4 – Tramitação detalhada”, constam nas aprovações de requerimentos que requer a inclusão de convidado, como também a realização de Audiências Públicas.
- No “item 6 – Enquete da PEC 32), pois são apresentados os dados atualizados (até 7 de maio) da enquete relativa à PEC 32.

## 2 – Informações sobre a PEC 32

**Informação 01** – **Comissão de Trabalho discute reforma administrativa na segunda**

07/05/2021 - 20:12 - *Marcelo Camargo/Agência Brasil*

Reforma administrativa será tema de novo debate na CCJ

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados promove audiência pública na segunda-feira (10) para debater a admissibilidade da proposta de reforma administrativa (PEC 32/20).

A discussão será dividida em três blocos. O primeiro será realizado entre 14 e 16 horas com os seguintes participantes:

- o vice- presidente da Associação da Polícia do Congresso Nacional (APCN), Christopher Valente, e

- a coordenadora institucional da Associação Nacional da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais (Andeps), Ariana Frances Carvalho de Souza.

O segundo bloco acontece das 16 às 18 horas com os seguintes convidados:

- o comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG) e presidente do Conselho dos Comandantes Gerais dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil (Ligabom), coronel bombeiro militar Edgard Estevo da Silva, e

- o diretor da Federação Nacional dos Trabalhadores do Sistema Socioeducativo (Fenasse), João Luiz Pereira Rodrigues.

Entre 18 e 20 horas, acontece o terceiro bloco do debate, com os seguintes participantes:

- o secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Condsef), Sergio Ronaldo, e

- o presidente da Confederação Nacional das Carreiras e Atividades Típicas de Estado (Conacate), Antônio Carlos Fernandes Júnior.

O evento será realizado no plenário 1.

**Da Redação - AC**

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/756605-camara-promove-debate-sobre-proposta-de-reforma-administrativa/>)

### **Informação 02 – Condsef/Fenadsef vai a CCJ debater reforma Administrativa**

Entidade que representa maioria dos servidores do Executivo defende a rejeição completa da reforma Administrativa pelo Congresso, sem emendas ou substitutivos. A transmissão e cobertura poderão ser acompanhadas no site e em nossas redes sociais

**Publicado: 07/05/2021**

#### **Condsef/Fenadsef**

O secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva, confirmou presença na audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados que acontece nessa segunda-feira, 10, a partir das 14 horas. A participação da entidade está prevista para o bloco que terá início às 18h. A transmissão e cobertura poderão ser acompanhadas aqui no site e em nossas redes sociais. O debate dá sequência a uma série de audiências públicas sobre a reforma Administrativa (PEC 32/20).

Enviada pelo governo Bolsonaro ao Congresso Nacional em setembro de 2020, a PEC 32 propõe, na prática, o fim do modelo de Estado brasileiro garantido pela Constituição de 88. Se aprovada, será o fim dos serviços públicos brasileiros. A ruptura com o Pacto Federativo abrirá caminho para a privatização completa de serviços essenciais como saúde, educação, segurança, infraestrutura, ciência e tecnologia entre outros.

A Condsef/Fenadsef defende a rejeição completa da reforma Administrativa pelo Congresso Nacional, sem emendas ou substitutivos. Para a entidade, um debate de dimensões amplas e que afeta diretamente direitos constitucionais da população, como é o caso dessa reforma, não deve ser considerado prioridade num cenário onde a pandemia exige a máxima atenção e é uma ameaça aos brasileiros.

## Confira como serão divididos os três blocos de debate

### 1º bloco 14h às 16h:

- Christopher Valente - Vice- presidente da APCN – Associação da Polícia do Congresso Nacional (Confirmado)
- Ariana Frances Carvalho de Souza - Coordenadora Institucional da ANDES – Associação Nacional de Carreira de Desenvolvimento Social (Confirmada)

### 2º bloco 16h às 18h:

- Coronel Bombeiro Militar Edgard Estevo da Silva - Comandante Geral do CBMMG e Presidente do LIGABOM/Conselho dos Comandantes Gerais dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil (Confirmado)
- João Luiz Pereira Rodrigues - Diretor da FENASSE/Federação Nacional dos Trabalhadores do Sistema Socioeducativo (Confirmado)

### 3º bloco 18h às 20h:

- Sérgio Ronaldo da Silva - Secretário-geral da Condsef/Fenadsef Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Confirmado)
- Antônio Carlos Fernandes Lima Junior - Presidente da CONACATE/Confederação

Fonte: <https://www.condsef.org.br/noticias/condsef-fenadsef-vai-ccj-debater-reforma-administrativa>

### **Informação 03 – Comissão de Trabalho discute reforma administrativa na segunda**

Os interessados poderão enviar perguntas, sugestões e críticas pela internet

07/05/2021 - 08:47 - *Marcelo Camargo/Agência Brasil*

A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados realiza na próxima segunda-feira (10) um seminário para discutir a proposta de reforma administrativa ([PEC 32/20](#)).

O seminário acontece no plenário 12, a partir das 9 horas. Será possível [participar pela internet](#).

O debate foi proposto pelos deputados do PT Rogério Correia (MG), Vicentinho (SP), Erika Kokay (DF), Carlos Veras (PE), Leonardo Monteiro (MG), Marcon (RS) e Zé Carlos (MA).

A [PEC 32/20](#) foi enviada à Câmara pelo governo federal para alterar dispositivos sobre servidores e empregados públicos e modifica a organização da administração pública direta e indireta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Atualmente, a Comissão de Constituição e Justiça analisa a admissibilidade da proposta.

**Da Redação – CL** - Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/755797-comissao-de-trabalho-discute-reforma-administrativa-na-segunda/>)

## **Informação 04 – Para servidores, reforma administrativa fragiliza o serviço público**

Governo considera mudanças necessárias para dar mais eficiência à administração pública

07/05/2021 - 17:47

CCJ analisa aspectos constitucionais da reforma administrativa

Representantes dos servidores públicos criticaram a proposta de reforma administrativa ([PEC 32/20](#)), enviada pelo governo ao Congresso, em mais uma audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados.

O presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, Fabio Faiad Bottini, tachou a proposta de “PEC da ingratidão”, e afirmou que o texto tem vícios de inconstitucionalidades, como, por exemplo, ferir o princípio da irredutibilidade de salário e dar muitos poderes ao presidente da República - que poderá extinguir cargos.

A proposta restringe a estabilidade no serviço público e cria cinco tipos de vínculos com o Estado. Essas mudanças valerão para os novos servidores. O texto estabelece que leis complementares tratarão de temas como política de remuneração, ocupação de cargos de liderança e assessoramento, progressão e promoção funcionais e definição das chamadas “carreiras típicas de Estado”.

- [Conheça a proposta do governo para a reforma administrativa](#)

No debate desta sexta-feira (7), Bottini disse ser falaciosa a afirmação de que o serviço público não é eficiente. “A gente tem que colocar casos claros sobre a eficiência do setor público. Os servidores do Instituto Butantan, da Fiocruz, os profissionais de saúde, médicos, enfermeiros, técnicos de saúde, que estão aí enfrentando à Covid-19, arriscando as próprias vidas, fazendo um bom trabalho”, afirmou.

Ele também citou a própria categoria, os servidores do Banco Central. “Mesmo durante a pandemia, o Banco Central criou o pix e o colocou em circulação, que está sendo uma coisa muito boa para a sociedade brasileira”, completou.

Para o deputado [Tadeu Alencar \(PSB-PE\)](#), a proposta parte de uma premissa falsa: a de que o serviço público é lugar de preguiçoso e de gente sem comprometimento com o Brasil. “Nós não podemos aceitar. E não é uma atitude corporativa em defesa do serviço público. A PEC, embora atinja o serviço público, na verdade atinge o perfil do Estado brasileiro, que se quer cada vez menor, cada vez menos influente, cada vez mais desestruturado e sem as prerrogativas que podem permitir o exercício autônomo e independente de governos”, lamentou.

O deputado [José Medeiros \(Pode-MT\)](#), por outro lado, acusou a oposição de fazer “ataque barato”. “Nós estamos querendo fazer uma reforma aqui, não é contra o servidor, mas para manter a capacidade de pagamento do Estado”, ressaltou.

Medeiros também reclamou que, na CCJ, a discussão deve ser constitucional e não de mérito. “Estão fazendo ataques, ataques baratos, em um lugar que não é para fazer discussão disso”, completou.

Faiad Bottini sugeriu, como solução para o desequilíbrio fiscal do País, aumentar a tributação dos mais ricos.

## **Carreiras típicas**

Vice-presidente da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais, Marcelo de Azevedo avalia que deixar para definir em lei complementar quais serão os cargos típicos de Estado trará fragilidade ao serviço público e pode gerar situações em que, dentro de uma mesma carreira, alguns serão considerados típicos de Estado e terão estabilidade, e outros não. Para Azevedo, a proposta fere a autonomia e pode colocar servidores sob risco de perseguição política.

Presidente da Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis, André Luiz Gutierrez classifica a reforma administrativa de “PEC do capital contra o chão de fábrica”. Ele afirma que o texto “retira a principal ferramenta da polícia investigativa, que é sua estabilidade funcional”, e tem o propósito de enfraquecer investigações que atinjam o alto escalão do poder.

## **Modernização**

Nesta audiência, não houve palestrantes favoráveis à proposta. Mas na primeira da série de audiências que a CCJ promove sobre o tema, Caio Paes de Andrade, secretário especial da Secretaria de Desburocratização do Ministério da Economia, afirmou que a reforma é “a mais importante transformação que o Estado brasileiro precisa realizar” e vai ajudar no resgate da autoestima do servidor público, além de dar mais eficiência à administração.

Como exemplo do que ele considera “distorções” do atual sistema, Andrade citou 69 mil servidores do Executivo federal que estão em funções consideradas extintas. Para o secretário, no futuro próximo, o Estado estará “funcionando quase como um ente totalmente digital”, com “a burocracia desnecessária sendo derrotada”.

De acordo com Paes de Andrade, a proposta vai mudar a visão que a sociedade tem do servidor, e melhorar a autoestima do próprio trabalhador. “Hoje uma grande parte da população tem uma imagem distorcida dos servidores públicos. Eu também tinha antes de vir para cá. O estereótipo é de que servidores públicos trabalham pouco, que vivem num mundo paralelo, que são egoístas e que não pensam no Brasil. Isso é uma generalização. É como dizer que empresários são predadores, porque alguns abusam dos limites”, ponderou.

A CCJ não avalia o mérito, ou seja, o conteúdo da proposta, e sim aspectos técnicos, como, por exemplo, se o texto está de acordo com a Constituição Federal, a chamada admissibilidade. Depois de passar pelo colegiado, a reforma administrativa ainda precisa ser analisada por uma comissão especial e pelo Plenário, em dois turnos de votação.

- [Saiba mais sobre a tramitação de propostas de emenda à Constituição](#)

**Reportagem - Paula Bittar - Edição - Geórgia Moraes**

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/756497-para-servidores-reforma-administrativa-fragiliza-o-servico-publico/> )

## **Informação 05 – O que hoje é direito vai virar lucro na mão do setor privado, alerta Armengol**

O diretor da Condsef/Fenadsef e da CUT Nacional enfatizou em audiência pública importância de barrar a reforma Administrativa para manter garantias constitucionais da população. O senador Paulo Paim também participou do debate. Assista trecho

**Publicado: 07/05/2021**

### **Condsef/Fenadsef**

O diretor da Condsef/Fenadsef e da CUT Nacional, Pedro Armengol, participou de audiência Pública para discutir a reforma Administrativa (PEC 32/20), em tramitação no Congresso Nacional. O evento foi promovido pela Câmara Municipal de Goiânia, nesta sexta-feira, 7, e contou com presença de políticos e representantes de entidades em defesa dos trabalhadores.

Armengol enfatizou a importância de barrar a proposta, a fim de assegurar a manutenção das garantias constitucionais inerentes aos servidores públicos e ao cidadão. “Se a reforma for aprovada, o Estado não terá mais a responsabilidade constitucional de oferecer a população os serviços básicos como saúde, educação e segurança. O governo só vai prestar ou complementar serviços nas áreas que não houver interesse dos empresários”, esclareceu. “O que hoje é direito vai virar lucro na mão do setor privado”, enfatizou.

Problema confirmado pelo senador Paulo Paim, que afirmou tratar-se de uma perseguição aos servidores públicos. “A PEC não busca melhorar os procedimentos e a gestão dos órgãos públicos. Ela é focada, apenas, na redução de gastos públicos e trata os servidores como se eles fossem o problema de todos os males do país. Servidores são a solução, não o problema”, completou.

Rubens Otoni, deputado federal, classificou a proposta como um “desmonte do serviço público no país, para atender aos interesses do mercado privado”. Medida que trará consequências a toda população, como destacou o vereador Mauro Rubem. “As mudanças vão afetar as áreas de educação, o Sistema Único de Saúde (SUS), o INSS, os Bancos Públicos, entre outras”, concluiu.

A Audiência contou também com a participação do presidente do Fórum Goiano em Defesa dos Direitos, Democracia e Soberania, João Pires, e a vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores do SUS-GO, Luzinéia Vieira dos Santos.

### **Confira trecho da audiência pública na Câmara Municipal de Goiânia:**

<https://www.condsef.org.br/noticias/o-que-hoje-direito-vai-virar-lucro-mao-setor-privado-alerta-armengol>

Fonte: <https://www.condsef.org.br/noticias/o-que-hoje-direito-vai-virar-lucro-mao-setor-privado-alerta-armengol>

### 3 – Situação atual que se encontra

#### SITUAÇÃO

Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)



#### REGIME DE TRAMITAÇÃO

Especial (Art. 202 c/c 191. I. RICD)  
Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

#### QUEM VIU ESTA PROPOSTA VIU TAMBÉM

- MSC-463/2017  
Consolida a legislação brasileira de telecomunicações e de radiodifusão.
- PDC-936/2018  
Consolida a legislação brasileira de telecomunicações e de radiodifusão.

#### DISCURSOS EM PLENÁRIO

- 29/04/2021  
Erika Kokay (PT-DF)
- 29/04/2021  
Professor Israel Batista (PV-DF)
- 19/04/2021  
Alice Portugal (PCdoB-BA)
- Mais discursos

Fonte: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2262083>

### 4 – Tramitação detalhada

07/05/2021

#### Andamento:

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)

- Reunião Extraordinária de Audiência Pública convocada, com a presença dos seguintes convidados, em virtude da aprovação dos respectivos requerimentos:
- 1) FABIO FAIAD BOTTINI Analista do Bacen e Presidente Nacional do SINAL - Sindicato Nacional Dos Funcionários do Banco Central REQ 49/2021 CCJC Orlando Silva (PCdoB/SP) REQ 30/2021 CCJC Subtenente Gonzaga (PDT/MG)
- 2) JOSÉ ERNANE DE SOUZA BRITO Procurador da Fazenda Nacional e Presidente do SINPROFRAZ - Sindicato Nacional dos Procurados da Fazenda Nacional REQ 8/2021 CCJC Paulo Teixeira (PT/SP) REQ 11/2021 CCJC Tadeu Alencar (PSB/PE) REQ 78/2021 CCJ Fábio Trad (PSDB/MS)
- 3) MARCELO DE AZEVEDO Vice-Presidente da FENAPRF - Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais REQ 23/2021 CCJC Tadeu Alencar (PSB/PE) REQ 34/2021 CCJC Subtenente Gonzaga (PDT/MG) REQ 47/2021 CCJC João Campos (REPUBLICANOS/GO)
- 4) ANDRÉ LUIZ GUTIERREZ Presidente da COBRAPOL - Confederação Brasileira dos Trabalhadores(as) Policiais Civis REQ 18/2021 CCJC Luis Miranda (DEM/DF) REQ 34/2021 CCJC Subtenente Gonzaga (PDT/MG) REQ 59/2021 CCJC Léo Moraes (PODE/RO) REQ 77/2021 CCJ Lincoln Portela (PL/MG)

- 5)LUÍS ANTÔNIO DE ARAUJO BOUDENS Presidente da FENAPEF - Federação Nacional dos Policiais Federais REQ 5/2021 CCJC Aluisio Mendes (PSC/MA) REQ 6/2021 CCJC Luis Miranda (DEM/DF) REQ 34/2021 CCJC Subtenente Gonzaga (PDT/MG) REQ 41/2021 CCJC Tadeu Alencar (PSB/PE)
- 6)NAZÁRIO NICOLAU MAIA GONÇALVES DE FARIA Assessor jurídico da FENAFIM - Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais REQ 11/2021 CCJC Tadeu Alencar (PSB/PE) REQ 30/2021 CCJC Subtenente Gonzaga (PDT/MG)

06/05/2021	<p><b>CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA ( CCJC )</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aprovado requerimento n. 82/2021 do Sr. Félix Mendonça Júnior que requer a inclusão de participante em audiência pública no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para debater a PEC nº 32, de 2020 (Reforma Administrativa).</li> <li>• Aprovado requerimento n. 83/2021 do Sr. Dagoberto Nogueira que requer a inclusão de participantes em Audiência Pública sobre a Reforma Administrativa (PEC nº 32/2020).</li> <li>• Aprovado requerimento n. 84/2021 do Sr. Pompeo de Mattos que requer a inclusão de participante em audiência pública no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para debater a PEC nº 32, de 2020 (Reforma Administrativa).</li> <li>• Aprovado requerimento n. 86/2021 do Sr. Paulo Teixeira que requer a realização de audiência pública para debater a PEC nº 32/20, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa</li> <li>• Aprovado requerimento n. 87/2021 do Sr. Luis Miranda que em aditamento ao requerimento nº 6/2021, requer a inclusão de nomes para a audiência pública.</li> <li>• Aprovado requerimento n. 108/2021 do Sr. Darci de Matos que requer a inclusão de convidado nas Audiências Públicas para discutir a PEC 32/2020.</li> </ul>
------------	--

- Fonte: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2262083>

## 5 – Enquete da PEC 32

The screenshot shows the website for PEC 32/2020. The main heading is "Proposta de Emenda à Constituição PEC 32/2020". There is a green "OPINE" button. Below the heading, there are links for "Texto original" and "Siga esta proposta". The "EMENTA" section states: "Altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa." The "ENTENDA A PROPOSTA" section explains that the proposal changes devices for servers and public employees and modifies the organization of public administration. The "AUTOR" is listed as "Poder Executivo". The "SITUAÇÃO" is "Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de". On the right side, there is a notification box asking if the user prefers this version, a section for "SUA OPINIÃO SOBRE ESTA PROPOSTA" with a "Vote na enquete" button, and a section for "QUEM VIU ESTA PROPOSTA" with "VIII TAMBRÉM". The browser's address bar shows "camara.leg.br/propostas-legislativas/2262083".

### VOTE NA ENQUETE – COMO ACESSAR:

<https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2262083>

The screenshot shows a voting interface with a red banner at the top that reads "Você já votou no site da Câmara contra a Reforma Administrativa PEC 32?". Below the banner, there is a link "Veja a tramitação". The main question is "QUAL SUA OPINIÃO SOBRE A PEC 32/2020?". There are five blue buttons for voting: "Concordo totalmente", "Concordo na maior parte", "Estou indeciso", "Discordo na maior parte", and "Discordo totalmente". Below these buttons is a grey "VOTAR" button. At the bottom, there is a graphic that says "CANCELA A REFORMA Já!" with a hand cursor pointing towards the "Discordo totalmente" button.

## 6 – Enquete da PEC 32 (Resultado atualizado)

Dia da consulta à enquete: 10 de maio

### ENQUETE DA PEC 32/2020

 Veja a tramitação |  Entenda a proposta

#### RESULTADO

Resultado parcial : desde 03/09/2020



FONTE: <https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2262083/resultado>

## 7 – Acesso às reuniões ocorridas na CCJ

### REUNIÕES ANTERIORES

É possível consultar vídeos, áudios, íntegras em texto e resultados das reuniões.

ACESSE: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ccjc>

## AGENDA

**HOJE** quinta-feira, 06 de maio

Após reunião de Coordenação de Bancada **Discussão e Votação de Propostas** Reunião Deliberativa Anexo II, Plenário 01 **convocada**

Agenda completa →



## REUNIÕES ANTERIORES

Consulte vídeos, áudios, íntegras em texto e resultados das reuniões.

MAIO 2021						
D	S	T	Q	Q	S	S
				6	7	1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

### PESQUISA

Palavra-chave:

Data inicial: 06/05/2021  Data final: 06/05/2021

**BUSCAR**